

CORREIO NACIONAL



Do total, 558 cursam ensino médio

Enem 2024: quase 10 mil inscritos têm mais de 60 anos

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2024 tem 9.950 participantes maiores de 60 anos, o que representa 0,23% do total de 4.325.960 inscrições confirmadas. O número dessa faixa etária é o maior desde 2020, quando houve o registro de 11.768 idosos inscritos à época.

Nessa quarta-feira (6) o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), coordenador do exame nacional, divulgou dados comparati-

vos de inscrições de 60+, desde 2015.

O Ministério da Educação (MEC) destaca que o aumento de pessoas idosas entre os candidatos do Enem e o ingresso na educação superior acompanham a elevação da expectativa e qualidade de vida dos brasileiros.

Segundo o Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a quantidade de habitantes com 60 anos ou mais é de 32,1 milhões, enquanto em 2010 era de 20,5 milhões.

Mais negros mortos pela polícia

Estudo publicado nesta quinta-feira (7) pela Rede de Observatórios da Segurança mostra que 4.025 pessoas foram mortas por policiais no Brasil em 2023. Em 3.169 desses casos foram disponibilizados os dados de raça e cor: 2.782 das vítimas eram pessoas negras, o que representa 87,8%.

Os dados do boletim Pele Alvo: Mortes Que Revelam Um Padrão, que está na quinta edição, foram obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) em nove estados.

Em todos eles, o padrão é de uma proporção muito alta de pessoas negras mortas por intervenção do Estado

PF investiga golpes

A Polícia Federal (PF) fez, na quinta-feira, uma operação contra uma empresa de investimentos em criptomoedas e mercado Forex, suspeita de ter aplicado golpes em cerca de 10 mil investidores. A Operação Profeta cumpre um mandado de prisão preventiva e dez de busca e apreensão, nos

estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

De acordo com a PF Federal, a empresa se apropriou indevidamente de investimentos feitos por 10 mil pessoas, em um valor de mais de R\$ 260 milhões, e remeteu esse valor para o exterior, sem o conhecimento das vítimas.

'Luz para Todos'

O Ministério de Minas e Energia (MME) abriu consulta pública para definir o orçamento do Programa Luz para Todos em 2025. O objetivo é garantir acesso à energia elétrica para mais de 97 mil famílias em áreas rurais e regiões remotas da Amazônia Legal, especialmente aquelas que ainda não

possuem acesso à energia elétrica e estão em situação de vulnerabilidade.

O Programa prevê um investimento de até R\$ 4,3 bilhões em 2025, com aumento de 23% no quantitativo de beneficiários a serem atendidos em comparação com a meta estabelecida no ano passado.

Laboratório móvel do Inmetro

O Inmetro recebeu o novo laboratório móvel para ensaio de fios e cabos elétricos, resultado de uma parceria estratégica com o Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não-Ferrosos. Esse laboratório representa uma grande inovação

no processo de fiscalização, permitindo a realização de testes in loco, o que trará mais agilidade e eficiência. O presidente do Inmetro, Márcio André Brito, ressaltou a importância dessa ferramenta para o aprimoramento das práticas de fiscalização e controle.

'Desertos alimentares'

Um mapa com a distribuição dos estabelecimentos que vendem alimentos saudáveis e não saudáveis em todo o País e os locais considerados desertos e pântanos alimentares 91 municípios com mais de 300 mil habitantes serão resultado de um estudo lançado na

quarta-feira (6). O estudo que mapeou os desertos e pântanos alimentares teve a finalidade de identificar as áreas de difícil acesso a alimentos saudáveis (desertos alimentares) e as áreas onde é fácil o acesso a alimentos ultraprocessados (pântanos alimentares).

Disparidades no serviço público entre municípios

Estudo analisa diferenças entre as 100 cidades mais populosas

Municípios das regiões Sudeste e Sul têm melhor desempenho em relação às políticas públicas estabelecidas nas áreas de saúde, educação, saneamento e segurança. É o que revela o estudo Desafios da Gestão Municipal 2024, que avaliou o desempenho dos 100 municípios mais populosos do Brasil em relação a essas políticas. A comparação foi estabelecida a partir de indicadores públicos para essas áreas, como a taxa de mortalidade por habitante, a quantidade de crianças matriculadas e o acesso a atendimento pré-natal, entre outros.

As cidades analisadas detêm cerca de metade do Produto Interno Bruto (PIB), mas tem desafios particulares. O índice apontou situação melhor nas regiões Sudeste e Sul, onde estão os 25 municípios melhor avaliados. Goiânia (27ª) e Palmas (28ª) são as cidades com melhor classificação fora das duas regiões. As cinco cidades com melhores índices foram Maringá (PR), em primeiro lugar, seguida por Franca (SP), Jundiaí (SP), Uberlândia (MG) e Curitiba (PR).

Os únicos estados com cidades entre as 25 melhores foram o Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e o Espírito



A comparação foi estabelecida a partir de indicadores públicos

Santo. O Norte e o Nordeste aparecem com 16 cidades entre as 25 pior avaliadas no ranking, que tem também grande presença de municípios do Rio de Janeiro, seis ao todo, dos quais cinco da Baixada Fluminense.

As cinco últimas posições couberam às cidades de Nova Iguaçu (96ª), Porto Velho (97ª), Belford Roxo (98ª), Duque de Caxias (99ª) e Macapá (100ª). A diferença de pontuação entre a primeira colocada, com índice

de 0,765, e a última, com 0,403, demonstram que o atendimento com políticas públicas tem peso consideravelmente menor, mesmo considerando populações parecidas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população em Maringá estava na casa dos 410 mil habitantes em 2022, enquanto Macapá tinha pouco mais de 442 mil moradores registrados no mesmo ano. Pesa a pobreza da capital, com menos

de metade do PIB per capita da cidade do interior do Paraná.

Em nota, a coordenadora do estudo e diretora de estudos e dados da Macroplan, Adriana Fontes, avaliou que "o Brasil sempre foi conhecido pela elevada desigualdade que se reflete no desempenho dos municípios. O estudo aponta resultados muito distintos entre municípios com tamanho de população similar dentro de uma mesma região".

Acesso ao ensino público superior

Faculdades públicas, cursos noturnos e expansão do ensino a distância (EaD) em cursos superiores são algumas das propostas do grupo de trabalho da Academia Brasileira de Ciências (ABC) para aperfeiçoar o ensino superior público e democratizar o acesso à educação de qualidade. As propostas estão no relatório Um olhar sobre o ensino superior no Brasil, divulgado nesta quinta-feira (7), pela ABC.

Entre as principais propostas está a criação de faculdades federais, que são instituições voltadas exclusivamente para o ensino, mirando na formação de profissionais qualificados a um custo menor por aluno, de forma a expandir o acesso de estudantes ao ensino superior público.

Atualmente, as universidades federais dedicam-se também à pesquisa e à extensão, que é a interação com a sociedade, em projetos voltados para melhorias sociais. A proposta seriam instituições públicas foca-



Uma das propostas é a criação de faculdades federais

das exclusivamente em formar estudantes no ensino superior. A ideia é facilitar a abertura de vagas que se adaptem às demandas atuais dos estudantes, como maior flexibilidade e acesso ao ensino noturno, por exemplo.

No Brasil, de acordo com o relatório, apenas 22% da população entre 25 e 34 anos têm diploma universitário. Esse percentual está abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

que é 47%. Além disso, 79% das matrículas estão concentradas no setor privado.

"Isso é um número muito pequeno, se a gente pensa em um país que precisa se desenvolver com rapidez", diz o professor do Instituto de Física da UFRJ Rodrigo Capaz, membro titular da ABC, que fez parte do grupo de trabalho (GT).

Sobre as faculdades federais, ele explica: "Quando a gente olha experiências ao redor do

mundo, a gente ver que em nenhum país do mundo a massificação ou a democratização do ensino superior ocorreu através das universidades de pesquisa. Porque apesar de elas serem enfim altamente qualificadas para realizar pesquisa, elas acabam tendo um gasto por aluno que é maior do que outro tipo de instituição que seria dedicada apenas ao ensino".

Além das faculdades federais, o documento também propõe a criação de Centros de Formação em Áreas Estratégicas (CFAEs) nas universidades públicas. Eles seriam voltados para seis campos: bioeconomia; agricultura e agronegócio; transição energética; saúde e bem-estar; transformação digital e inteligência artificial; e materiais avançados e tecnologias quânticas. Esses centros atuariam de forma interdisciplinar, promovendo a criação de soluções aplicáveis e o desenvolvimento de novas tecnologias para essas áreas estratégicas.

STF

Mais 14 réus são condenados pelo STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou mais 14 pessoas que participaram dos atos antidemocráticos de 8/1. São réus que, embora tenham cometido crimes de menor gravidade, rejeitaram o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) proposto pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para evitar a continuidade da ação penal. A decisão do Plenário foi tomada na sessão virtual encerrada na terça-feira (5).

Segundo a denúncia oferecida pela PGR, os 14 réus permaneceram no acampamento montado no Quartel General do Exército, em Brasília, enquanto outro grupo se deslocou para a Praça dos Três Poderes.

STJ

Corte torna desembargadora do TJBA ré

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça recebeu, na quarta, a denúncia do Ministério Público Federal contra a desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciollelli Azevedo, do Tribunal de Justiça da Bahia, pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A magistrada é investigada no âmbito da Operação Faroeste, deflagrada para apurar esquema de venda de decisões judiciais relacionadas a disputas de terras no oeste da Bahia. Além de receber a denúncia contra outras quatro pessoas, o colegiado manteve o afastamento da desembargadora até que seja concluído o julgamento da ação penal.

TSE

TSE confirma multa a prefeito de Goianésia (GO)

Por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou, nesta quinta-feira (7), decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) que condenou Leonardo Silva Menezes, prefeito de Goianésia (GO), ao pagamento de uma multa de R\$ 53.205,00 pela divulgação de pesquisa sem prévio registro na Justiça Eleitoral.

O fato em questão ocorreu durante a campanha das eleições de 2020.

Na sessão, os ministros acompanharam o voto do relator, ministro Nunes Marques, que não conheceu do recurso apresentado pelo político contra a decisão do regional.

TCU

Rapidez à análise dos atos de aposentadoria

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, sob a relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, processo administrativo referente a projeto de súmula proposto pela Comissão de Jurisprudência do TCU.

A nova súmula da jurisprudência aprovada pelo Plenário da Corte de Contas na sessão de 30 de outubro determina: "É vedado o pagamento das vantagens oriundas do art.193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ('opção'), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da EC 20/1998", diz o trecho.